



Refletindo sobre a extensão e suas práticas

Resumo: Este artigo objetiva a reflexão e o esclarecimento sobre o que é e como tem sido realizada a extensão universitária. Para cumprir tal objetivo buscamos entender primeiro o que diz a Constituição Brasileira a respeito e como teve início a prática extensionista no Brasil. Em seguida abordamos as formas tradicionais de se fazer extensão universitária. Depois, de posse de alguns conceitos e com algumas reflexões já realizadas abordamos formas de extensão que consideramos de sucesso. Por último analisamos as atividades de extensão realizadas pelos grupos PET.

Reflecting on the extent and their practices

Abstract: This article intends to reflect about what is and how have been practiced the university extension. To accomplish such goal we search to understand first what the Constitution says and how in respect to how began the extensionist practice in Brasil. Then, we discuss the traditional ways of making university extension. With some of the concepts and with some reflexions already made, we approach the different successful ways we considered of making extension. At last, we analysed the extension activities achieved by PET groups.

Michelle Martins de Oliveira*
Fernanda Cerqueira*
Maria Luiza Rovaris Cidade*
Emmanuel dos Santos Costa*
Vera Lucia Nehls Dias**
Morgana Giovanela Farias*
Cristina Maria Dalla Nora*
Crisley Silveira Raitz*
Nicole cheidt Schmitt*
Rodrigo A. Leite da Silva*

* Acadêmicos do curso de Geografia da UDESC e Bolsista do Grupo PET.

** Professora do curso de geografia da UDESC e Tutora do Grupo PET.

Palavras-chave:

Extensão Universitária;
Práticas; Comunidade.

Key-words:

University Extension;
Practices; Community.

Refletindo sobre a extensão e suas práticas

Introdução

Este artigo quer discutir a problemática da “extensão”, recuperando o contexto de sua criação na vida universitária brasileira e as práticas que decorrem do seu entendimento ao longo dos anos.

A ideia do texto surgiu durante o evento do XI Sulpet (encontro regional de todos os Programas de Educação Tutorial (PET) do Sul do Brasil) que a UDESC organizou no ano de 2008¹ juntamente com o PET da FURB/Blumenau. Neste evento chamou-nos a atenção a quantidade de experiências diversas acerca da prática extensionista dos PETs do Sul do Brasil², bem como a falta de uma definição mais clara do que seja extensão no manual de orientações básicas do programa, cabendo aos grupos e aos extensionistas a tarefa de decidir por um conceito e aplicá-lo na prática através de ações.

Parece ingênua a consideração de que não há definição para a atividade de extensão, pois não questionamos a não existência de definição para as atividades de pesquisa e ensino (que supostamente todos conhecem e sabem “fazer”), e que também fazem parte das obrigações dos grupos, cuja definição, igualmente, não consta no manual de atuação. O que ocorre, e esperamos deixar claro ao longo do texto, é que no caso da extensão as possibilidades são variadas e complexas e derivam de um entendimento histórico que criou uma função social para o “fazer” da extensão. Função esta, diga-se de passagem, que se insere num contexto de enormes desigualdades sociais num país onde o acesso à universidade pública (que no Brasil é, também, gratuita) é direito de alguns poucos privilegiados.

O estudo que passamos a apresentar é mais uma contribuição para refletirmos sobre o papel das universidades brasileiras (tanto as públicas como as privadas, uma vez que os grupos PET são financiados pelo governo federal em ambas instituições), em especial, a importância da extensão como elemento de construção, socialização e difusão do conhecimento produzido no seio das universidades.

¹ A UDESC tem dois grupos PET: um na Engenharia elétrica e outro na Geografia. No ano de 2009, os grupos comemoram 15 anos de existência.

² Os grupos PET têm a obrigatoriedade de exercerem ações de extensão, pois consta no Manual de Orientações Básicas do programa que cada grupo deve desenvolver atividades do tripé básico de atuação (pesquisa, ensino e extensão).

³ http://www.uniso.br/forext/docs/cartas/doc_goiania.doc

Referências sobre a Política Nacional da Extensão

A origem da extensão universitária no Brasil data da década de 1920 com algumas iniciativas isoladas por parte de alguns segmentos acadêmicos³. Em 1931 a extensão universitária apareceu no Estatuto da Universidade Brasileira e em 1961 foi incorporada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse período a extensão universitária tinha um caráter de Transmissão de conhecimento, cuja tarefa de socialização previa unicamente o repasse daquilo que se acreditava ser necessário às comunidades - o que não contemplava a construção do conhecimento coletivo e interativo, mas uma via de mão única da academia em direção à comunidade. Em 1968, com a reforma universitária, a Extensão passou a ser obrigatória em todas as instituições de ensino superior.

Na década de 1980 um novo conceito de extensão foi elaborado, juntamente com a discussão sobre os rumos e paradigmas da Universidade brasileira e a sua relação com a sociedade. Como fruto dessa reflexão criou-se, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Desse fórum surgiu o seguinte entendimento de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que,

submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Plano Nacional de Extensão, 1988, p. 5).

Este conceito foi apresentado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão em 1988, mesmo ano em que foi aprovado e inserido no Plano Nacional de Extensão. Em 1996 esta compreensão sobre o papel da extensão foi ratificada e transformada em Lei através da implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Ao mesmo tempo em que se instituiu e se institucionalizavam regras para a extensão, os docentes e discentes envolvidos na sua produção inventavam sua prática, adaptando suas temáticas às experiências que fundavam e que nem sempre se adequavam ou seguiam as definições formais, nomeadas como extensão universitária.

Da experiência empírica com a extensão, fundada na prática cotidiana nasceram, também, atividades que ficaram conhecidas pelo seu caráter "assistencialista" e, por esta razão, foram criticadas por grupos participantes do meio acadêmico, principalmente aqueles que se envolviam com os movimentos sociais, que tinham uma visão crítica acerca dessa política. Esses grupos fizeram esforços no sentido de difundir o conhecimento produzido nas Universidades. Trataremos disso no subitem 4.2.1.

Além dessa prática de extensão assistencialista criou-se o hábito de direcionar atividades (palestras, simpósios, mesas-rendondas, mini-cursos, congressos, etc.) à comunidade universitária (alunos e professores) e denominá-las, como o próprio nome sugere, de "extensão universitária". Esta prática, na verdade, distorce o sentido original dado ao projeto que cunhou a expressão extensão universitária, que consistia em socializar o conhecimento científico produzido na universidade com a comunidade externa a ela.

Atualmente entende-se que além da socialização (repasso) do conhecimento científico é preciso, também, construí-lo em conjunto com essa comunidade, evitando a imposição deste saber em detrimento do senso comum. Nesta perspectiva, acredita-se que o conhecimento científico deve estar a serviço da comunidade, auxiliando na solução de seus problemas, necessidades e demandas e não ser concebido como uma verdade superior e externa à realidade destas populações.

A extensão e suas "formas" consagradas

Observando a prática de algumas atividades de extensão desenvolvidas nas universidades brasileiras, podemos classificá-las em dois tipos predominantes:

3.1. Da prática dos docentes e de suas experiências nasceu o que ficou conhecido como "Extensão Universitária" – um tipo de atividade de extensão voltado ao público universitário: palestras, filmes, simpósios, encontros entre membros da comunidade acadêmica, cursos de formação, oficinas no âmbito universitário e outras atividades "extracurriculares" passaram a ser designadas e planejadas com o nome de "extensão universitária". Esta "modalidade", se é que podemos chamar desta forma, altera o sentido inicial da ideia de extensão, que originalmente intentava aproximar a comunidade não acadêmica da acadêmica.

Nesta acepção, "extensão universitária", as atividades de ensino foram confundidas com extensão, pois continuam direcionadas a um público muito restrito e delimitado pela formação profissional e escolar, que engloba, principalmente, o público universitário. Desta forma, a distância da sociedade civil ou comunidade continua mantida, assim como a distância entre o saber universitário e o saber popular.

3.2. Pode ser entendido como “Extensão Comunitária” a atividade de extensão que seja direcionada aos membros da sociedade não ligados a universidade. Normalmente estas ações são focadas em comunidades consideradas carentes que, via de regra, não possuem acesso ao conhecimento gerado dentro das Instituições de Ensino Superior. Estas atividades também auxiliam a promover a conscientização da comunidade acadêmica do seu papel de agente no processo de transformação da sociedade.

A “Extensão Comunitária” promove ainda o contato e a interação de estudantes da graduação com a população, podendo além de transmitir conhecimentos adquiridos na faculdade, trocar experiências com trabalhos desenvolvidos diretamente com a sociedade, na qual ambas as partes saem enriquecidas com o conhecimento produzido.

O que se observa com frequência em muitas instituições de ensino é a dificuldade que as mesmas encontram em classificar as atividades em ensino, pesquisa e extensão. As ações de extensão devem ser compreendidas como uma consequência ou decorrência das atividades de pesquisa e ensino, ou seja, como um prolongamento dos resultados obtidos nestes dois campos que devem ser estendidos à comunidade. Um exemplo desta dificuldade pode ser encontrado nas palestras – consideradas como extensão – que normalmente são dirigidas somente, ou principalmente, à academia (caracterizando, na verdade, uma ação de ensino), contrariando o princípio da extensão que é de dirigir atividades, unicamente, ou principalmente, à comunidade não acadêmica.

Em alguns cursos percebe-se, ainda, a dificuldade de estender o conhecimento produzido na academia para a comunidade. Trata-se de pesquisas básicas ou puras, cuja socialização para a população é de difícil compreensão e pouca utilidade prática. Como exemplo podemos citar a física quântica ou a filosofia avançada.

Além de atividades direcionadas às populações carentes, também se pode encontrar ações de extensão ligadas a empresas e instituições privadas. Apesar deste foco não ser o prioritário, sobretudo, nas universidades públicas - que preferencialmente dirigem sua extensão à comunidade civil -, esta forma de extensão colabora com empresas no melhoramento e aprofundamento das tecnologias e dos sistemas produtivos.

3.2.1. Dentre as ações de extensão consideradas comunitárias, encontramos aquelas que podem ser enquadradas como “assistencialistas”. O termo remete a práticas que organizam e prestam determinados serviços a uma comunidade socialmente excluída ou carente. Todavia, essas práticas não preveem políticas continuadas, tampouco promovem condições para que, a longo prazo, a comunidade supere essa situação de carência. Ao contrário, as políticas feitas com viés assistencialista visam, na maioria das vezes, à propagação da boa imagem dos atores sociais (indivíduos, associações e mesmo órgãos públicos) envolvidos na prestação destes serviços.

Apesar da sugestão do termo, a maioria das ações de extensão consideradas assistencialistas não pode ser enquadradas como marketing no sentido mais estrito; existe um bom número delas que se aproximam mais da ideia de filantropia do que de assistencialismo. Porém não se deve esquecer que algumas ações de extensão podem estar vinculadas a promoção das universidades a que estão atreladas.

O que queremos deixar claro ao designar algumas ações como assistencialistas é o fato de que estas ações são pontuais e marcam inserções de duração mais abreviada.

A extensão com caráter assistencialista estava presente na constituição federal de 1961. No entanto, ao invés de construir junto com a comunidade, se fixava no construir para a comunidade, numa operação de “transmissão”, “repasso” do conhecimento universitário. De acordo com o estatuto das pró-reitorias de extensão (1987), a extensão passou a ter o papel de apresentar o conhecimento associativo entre a pesquisa e o ensino praticados na forma de extensão.

Tendo em vista a ideia de assistencialismo colocada acima acreditamos que a função da extensão não deve reproduzir situações de tutelamento ou de caráter paliativo frente aos enormes desafios colocados pelas problemáticas sociais e suas relações com o saber produzido nas universidades brasileiras.

Tal caráter impede que se desenvolva o estímulo intelectual nas populações de baixa renda para quem, normalmente, se dirigem as atividades de extensão, ou pelo menos deveriam se dirigir, caso se resgatassem os objetivos iniciais. O estímulo intelectual parece ser necessário para que estas populações agreguem embasamentos teóricos, técnicos e práticos que, seguramente, irão modificar para melhor a compreensão de mundo e raciocínio lógico dos envolvidos pelo trabalho, finalmente proporcionando condições para que eles reflitam e elaborem seus próprios meios para vencer o estado de carência (falta de instrução, falta de saneamento básico, desemprego, desenvolvimento acadêmico, colocação no mercado de trabalho, etc.) no qual a maioria dos envolvidos se encontra.

Dessa forma estas populações não precisariam assumir qualquer papel de “dívida de gratidão” com atores sociais, como fazer trabalho voluntário, propaganda gratuita ou pregação de palavras religiosas. A extensão deve, portanto, assumir o papel de construir conhecimento dentro das comunidades em forma de atividades sejam elas: palestras, oficinas (recreativas ou didáticas), apresentação de vídeos ou debates pertinentes às comunidades para que se construam projetos que levem a informação em conjunto com a comunidade alvo, gerando conseqüentemente produção de conhecimento e elevando o desenvolvimento da mesma.

Exemplos de extensão que deram certo

As extensões de caráter comunitário são aquelas que permitem a interação da universidade com a comunidade na qual está inserida ou até mesmo em comunidades fora do seu entorno. Com esta concepção, conhecemos algumas experiências que gostaríamos de destacar pela sua abrangência, pioneirismo e pelos resultados alcançados.

Em Florianópolis – SC, os professores Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC realizaram uma atividade de extensão incorporada como item da pesquisa participante denominada: “Diagnóstico sócio espacial do maciço central de Florianópolis – Plano comunitário de urbanização e preservação”.

A atividade começou a ser realizada devido a uma solicitação do Fórum do Maciço Central de Florianópolis para a UFSC, entidade que reúne as associações do Morro da Cruz e que possui a representatividade de aproximadamente 35.000 moradores, com o fim de ordenar e delimitar as áreas de ocupação, evitando a saturação do solo e garantindo áreas de preservação e de uso público.

A pesquisa visava consolidar algumas áreas de ocupação importantes para a identidade comunitária e propor a remoção de moradores localizados em áreas de risco. Atividades com alunos de 7ª e 8ª série da Escola Básica Lúcia Livramento Mayvorne, junto com os estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, foram realizadas em residências na localidade de Alto da Caieira a fim de levantar os principais problemas da região, através de aplicação de questionários. No final do ano, foram feitos painéis expostos à comunidade do Maciço do Morro com o objetivo de expressar a percepção dos alunos da escola quanto à sua realidade. Os professores do ensino básico se responsabilizaram pela formação das crianças e adolescentes a partir desse material recolhido durante as atividades.

O Plano Comunitário tinha como objetivo restabelecer o reconhecimento da cidadania desses adolescentes, buscando alternativas que inibam a disseminação do tráfico de drogas e da violência, que transformam o medo no regulador do cotidiano. A integração das populações que habitam o Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis-SC, levantando as barreiras da discriminação e reconhecendo o direito à cidade e aos serviços urbanos constitui-se no passo fundamental para a construção da vida urbana, segundo os professores responsáveis pelo projeto.

Assim como o primeiro, o projeto do PET Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL procurou entre as necessidades de sua comunidade um objeto de extensão, pois dessa forma ambos conseguiram pôr em prática ações que beneficiaram sua população.

A UEL desenvolveu a atividade de extensão intitulada “Oficinas Geográficas” com alunos da quinta série do Ensino Fundamental da Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva, localizada no Conjunto Habitacional Avelino Antônio Vieira, nas proximidades da Universidade Estadual de Londrina, no período oposto ao das aulas regulares.

Dentro das “Oficinas Geográficas”, foram realizadas duas oficinas: as “Oficinas Cartográficas” e “as Oficinas de Meio Ambiente”. As “Oficinas Cartográficas” visaram dar noções de representação espacial às turmas de 5ª série do Ensino Fundamental, além de trabalhar com conceitos de escala, mapas, orientação, localização e fusos horários através da construção de um globo terrestre, da elaboração de uma maquete, da confecção da rosa-dos-ventos e de uma bússola, além de um jogo para a fixação dos fusos horários. As “Oficinas de Meio Ambiente” possuem suas atividades divididas em 4 módulos: litosfera, atmosfera, hidrosfera e um trabalho de campo a fim de abordar os itens anteriores.

Este projeto apresentou o diferencial de construir junto às crianças o conhecimento e não “levá-lo pronto”. Além de aprenderem noções básicas de localização – necessidade apontada pelas próprias crianças - tiveram sua criatividade estimulada por atividades manuais que proporcionaram pôr em prática o que foi aprendido.

Outro bom exemplo de extensão encontramos no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB – do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que desenvolve uma série de atividades de extensão que atingem não somente a comunidade de entorno, mas o município e também o estado de Santa Catarina ao longo do ano.

Os projetos “Educação e Cidadania” e “Formando Educadores Multiculturais” congrega cursos, seminários e grupos de estudos para a formação multicultural de profissionais ligados ao ensino da rede pública de Florianópolis, acadêmicos e docentes. O projeto “Assessoria para Órgãos de Promoção da Igualdade Racial” promove, em conjunto com esses órgãos atividades que realizam estudos técnicos que visam um planejamento, monitoramento e acompanhamento de políticas de ações afirmativas em áreas de diversidade cultural, educação e saúde da população negra. O Núcleo também contribuiu para a Proposta de Reestruturação Curricular do município de Criciúma-SC em 2007 e realizou a extensão “Kizomba” que leva para outras cidades do estado de Santa Catarina a discussão da diversidade cultural.

Outro projeto destacado no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros é o Baú Cultural, que consiste em contar histórias, na sala de aula, inspiradas em objetos retirados de um baú (mapas, bonecas, instrumentos musicais, artefatos) e dispostos no chão. Do contato das crianças com esses objetos e da interação com o contador de histórias são lembradas a temática Indígena e Africana/ Afro-brasileira. Esses temas são tratados de forma lúdica e dinâmica, despertando o interesse, promovendo a valorização e conhecimento das populações afro-brasileiras e indígenas.

A extensão na prática: Grupos PETs do Sul do Brasil e fórum de reitores

A falta de normatização que defina e esclareça sobre as atividades de extensão permitiu o aparecimento de uma gama variada de interpretações acerca do “fazer extensionista”.

Esta situação foi facilmente encontrada numa pesquisa realizada nas atas dos Encontros Regionais do Programa de Educação Tutorial da Região Sul, onde foram observados diferentes modos de tratar a extensão. Nestas reuniões foram elaboradas algumas orientações para a realização de ações de extensão dos grupos PET das Instituições de Ensino Superior do Sul do Brasil. Segundo a ata do VIII SulPET, que aconteceu no ano de 2005, na qual pouco foi tratado sobre extensão, “compete a cada bolsista durante sua permanência no PET a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Já conforme a ata do X SulPET, ocorrido em 2007, o caráter indissociável da Triade – ensino, pesquisa e extensão – é reafirmado, porém propõe-se separá-los nos relatórios e planejamento para uma melhor interpretação dos avaliadores. Neste encontro definiu-se que as atividades referentes à extensão “devem ser feitas conforme o Plano Nacional de Extensão que estabelece

a Extensão Universitária como sendo indissociável do ensino e pesquisa viabilizando uma relação transformadora entre a Universidade e a Comunidade”. E dentro destas diretrizes é relembrada a importância da Tríade para a realização de atividades de extensão como complemento na formação acadêmica, profissional e cidadã dos discentes, e que as atividades do PET devem ter um caráter social (tanto a pesquisa quanto o ensino e a extensão), mas sem se limitar às comunidades carentes.

Durante o Fórum de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas apresentou-se um estudo comparado sobre como se realizou extensão em 1993 e 2004. Observou-se que em ambos os casos a principal dificuldade encontra-se na infraestrutura. Em 1993 reclamava-se muito da falta de recursos financeiros para a concretização dos projetos e em 2004 o problema consistia na falta de equipamentos (informática principalmente) e transporte. Ainda em 2004, a maioria das Instituições fornecia verba específica para as ações, as demais não forneciam verbas ou buscavam recursos fora da universidade; outro item levantado foi que a quantidade de bolsistas era insuficiente para a demanda.

Apesar das atas dos encontros pesquisadas não apontarem nenhuma menção sobre as dificuldades do “fazer” extensão, é possível perceber que esta dificuldade existe, pois são frequentes os discursos de colegas em algumas áreas onde a extensão seria “difícil”, pois não acompanharia a produção de ponta do conhecimento – que, neste caso, se distanciaria demais do conhecimento “leigo” da comunidade de entorno. Esta consideração se aplica, principalmente, nos casos de pesquisas de base e/ou pesquisas de maior fôlego interpretativo como as representadas pelas grandes teorizações matemáticas, físicas, engenharias, algumas áreas da saúde que desenvolvem pesquisas de ponta.

Considerações finais

A ausência de normas para definir as atividades de extensão, permitiu, ao longo dos anos, um distanciamento dos seus objetivos-primários, criados na década de 1960, que pretendiam estender os conhecimentos produzidos na universidade à população que está fora do meio acadêmico.

Esta situação levou a distorções que consideram atividades de ensino como sendo de extensão. Este é o caso, principalmente, das atividades extra-curriculares, destinadas ao público universitário, que recebem a alcunha de “extensão universitária”.

Se por um lado houve um certo afastamento de algumas ações de extensão da sociedade propriamente dita, por outro, algumas ações foram lapidadas do ponto de vista teórico cujo significado avançou de mera operação de repasse de saberes para o “construir com” a comunidade. Expressão disso pode ser encontrada nos discursos e nas ações de extensão que se pautaram pelo alargamento das práticas de participação e valorização dos saberes ditos “leigos”, que foram incorporados e re-elaborados conforme os exemplos citados anteriormente neste artigo.

A extensão nasceu como um caminho que aproximava intelectuais das classes populares, em função de uma demanda social que exigia atenção governamental numa época em que o Governo brasileiro estava distanciado das necessidades da maior parte da população. Depois de institucionalizada, a Extensão integrava a série de documentos que embasavam Políticas e Planos Nacionais como elo entre a Universidade e a sociedade brasileira.

Hoje, frente à distância entre a universidade e a sociedade brasileira e as ações chamadas de extensão, concluímos que a maioria destas não leva a um caminho que articule pesquisa e ensino para transformar a realidade. Observa-se ainda, que a população não é tratada como “sujeito” nessa relação, já que a maioria das extensões realizadas só pretende “estender” um conhecimento teórico para as comunidades, não havendo um trabalho mútuo para produzir conhecimento comprometido com a mudança social no país.

Chegamos ainda à ideia de que uma Extensão que atende aos preceitos das Políticas e Planos com a função de promover mudanças na sociedade, deve usar o conhecimento acadêmico para “junto com” a comunidade construir alternativas que atendam às necessidades da mesma, formando dentro dessas cidadãos capacitados.

Considerando o exposto, portanto, a extensão deve não somente apresentar possibilidades para sua execução propriamente dita, como também deve articular o desenvolvimento de projetos em conjunto com as bases da tríade: pesquisa e ensino. O caráter acadêmico relacionado à extensão deve se basear preferencialmente nas discussões de valores e conceitos dentro da academia, para que, então, se possa elaborar projetos de qualidade visando atender com o máximo grau de comprometimento as comunidades alvo desejadas.

Referências

A concepção de Extensão e Ação Comunitária em debate: Proposta de Documento Base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias. Disponível em: <http://www.uniso.br/forext/docs/cartas/doc_goiania.doc> Acessado em: 07 de Julho de 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – **FORPROEX**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/01_Forum_proreitores_COOPMED.pdf> Acessado em: 06 de julho de 2008.

Fórum de Extensão Comunitária. Disponível em <<http://www.uniso.br/forext/congresso.asp>>. Acessado em 07 de abril de 2008.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em <<http://200.18.6.3/multiculturalismo/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2008.

Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~laam/macico/participantes.htm>>. Acessado em: 07 de abril de 2008

Plano Nacional de Extensão Universitária- Edição Atualizada. Disponível em <<http://www.fcm.unicamp.br/extensao/arquivos/pne.pdf>>. Acessado em: 08 de setembro de 2008.

Políticas e Programas na Educação Superior: Plano Nacional de Extensão. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=440&Itemid=303>>. Acessado em: 08 de setembro de 2008.

UDESC em ação. Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br/udescemacao/ojs/viewissue.php?id=10>>. Acessado em 07 de abril de 2008.

Correspondência:

Michelle Martins de Oliveira -

E-mail: michellem_o@hotmail.com

Recebido em 23 de abril de 2012.

Revisado pelo autor em 13 de julho de 2012.

Aceito para publicação em 22 de novembro de 2012.